26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

A INCLUSÃO DA MEMÓRIA DE PESSOAS NEGRAS NOS ARQUIVOS: O ARQUIVO PESSOAL DE IRACEMA PENHA DE PAULA

THE INCLUSION OF THE MEMORY OF BLACK PEOPLE IN ARCHIVES: THE PERSONAL ARCHIVE OF IRACEMA PENHA DE PAULA

Noemi Andreza da Penha – Universidade Federal do Amazonas /(UFAM)
Antonio Gouveia de Sousa – Universidade Federal do Pará /(UFPA)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este artigo analisa o processo de aquisição de documentos privados pelo Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (APHRC), com ênfase na doação de fotografias pessoais relacionados à preservação da memória coletiva da comunidade negra. Buscou-se compreender a importância do registro documental pessoal de Iracema Penha de Paula para a valorização das experiências, trajetórias e vivências da comunidade negra rio-clarense. Este trabalho tem como objetivo geral analisar a aquisição de documentos pessoais pelo Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (APHRC) como dispositivo de difusão das memórias afetivas da comunidade negra rio-clarense. A pesquisa é descritiva, exploratória e de natureza qualitativa, utilizando como estratégia o estudo de caso único e do tipo documental. Como técnica de coleta de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada com a ex-Superintendente do APHRC, Maria Teresa de Arruda Campos (2009-2016). Como resultados parciais, verificou-se que as estratégias adotadas pela instituição arquivística para a aquisição de arquivos pessoais da comunidade negra demonstraram flexibilidade, buscando ampliar e facilitar a participação dessa população no processo de constituição do acervo. Em vez de exigir a doação definitiva dos documentos, a instituição priorizou a digitalização e o acesso ao conjunto documental, adotando uma estratégia mais flexível e inclusiva. Essa ação potencializou a preservação e a visibilidade da história de vida dessa mulher negra em movimento, cuja trajetória se articula entre a participação política, o carnaval e outras dimensões da vida social no município de Rio Claro.

Palavras-chave: arquivo pessoal; aquisição de arquivo privado; memória de pessoas negras; Iracema Penha de Paula.

Abstract: This article analyzes the process of acquiring private documents by the Public and Historical Archive of the Municipality of Rio Claro (APHRC), with an emphasis on the donation of personal photographs related to the preservation of the collective memory of the Black community. The study sought to understand the importance of the personal documentary record of Iracema Penha de Paula for valuing the experiences, trajectories, and lived experiences of the Black community of Rio Claro. The general objective is to analyze the acquisition of personal documents by the Public and Historical Archive of the Municipality of Rio Claro (APHRC) as a means of disseminating the affective memories of the Black community of Rio Claro. This is a descriptive, exploratory, qualitative study, employing a single-case study and documentary research as methodological strategies. Data were collected through a semi-structured interview with Maria Teresa de Arruda Campos, former Superintendent of the APHRC (2009–2016). As preliminary findings, it was observed that the strategies adopted by the archival institution for acquiring personal archives from the Black community demonstrated flexibility, seeking to expand and facilitate this population's participation in the process of building the archival collection. Rather than requiring the definitive donation of the documents, the institution prioritized their digitization and access to the documentary collection, adopting a more flexible and inclusive strategy. This initiative strengthened the preservation and visibility of the life history of this Black woman in movement, whose trajectory is articulated through political participation, carnival, and other dimensions of social life in the municipality of Rio Claro.
Keywords: personal archive; acquisition of private archives; the memory of black people; Iracema Penha de Paula.

1 INTRODUÇÃO

Em estudos proferidos nos séculos XIX e XX, afirma-se que as revoluções e as reivindicações são forças motrizes para a articulação de memória a partir de novas relações de classe, corpo, justiça, política, economia, religião, com a construção dos espaços de memória de instituições arquivísticas públicas e privadas. O cenário descrito historicamente reforça a ideia de que onde há memória, há poder e onde há poder, há construção da memória. O "promotor e semeador de memórias e esquecimento" é orquestrado pelo poder e dá origem aos "lugares de memória", que são os museus, as bibliotecas e os arquivos (Chagas, 2002).

Isto posto, os arquivos possuem documentos em diferentes suportes e linguagens, proporcionando o acesso às memórias de uma sociedade. Por isso, os arquivistas são responsáveis não apenas pela preservação dos documentos, mas também por processos que contribuem para a construção e a representação do imaginário da memória coletiva, desempenhando, assim, um papel fundamental na salvaguarda e na valorização do patrimônio documental e cultural.

Neste sentido, os arquivistas necessitam ampliar sua visão reducionista de que apenas coletam, gerenciam e preservam o "material da memória", sabendo que através da avaliação arquivística e da aquisição de documentos de arquivo participam ativamente na determinação da continuação ou o do apagamento de histórias e memórias de grupos sociais, uma vez que suas decisões implicam diretamente ao que será lembrado e ao que será esquecido (Bastian, 2019).

Nessa mesma dimensão, Sousa *et al.* (2023) afirmam que a formação dos arquivistas deve promover uma mudança de perspectiva em relação aos diferentes grupos sociais envolvidos na constituição dos arquivos, estimulando uma reflexão crítica sobre quais memórias estão sendo preservadas e projetadas para a posteridade, bem como sobre quais narrativas são privilegiadas, representadas e legitimadas nos acervos.

Assim, buscou-se compreender como o Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (APHRC) tem promovido à inclusão da memória de grupos marginalizados no processo de orquestração da memória pública coletiva, com recorte na comunidade negra. Identificando os desafios institucionais desse processo a partir do estudo de caso das fotografias de Iracema Penha de Paula, liderança comunitária envolvida em diferentes questões sociais e culturais.

Diante da necessidade de os arquivistas ampliarem suas percepções sobre a representatividade dos grupos sociais nos acervos que compõe as instituições arquivísticas, este trabalho tem como objetivo geral analisar a aquisição de documentos pessoais pelo Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (APHRC) como dispositivo de difusão das memórias afetivas da comunidade negra rio-clarense.

Para alcançar esse propósito, a pesquisa apresenta os seguintes objetivos específicos: a) identificar a estratégia adotada na aquisição de arquivo pessoal; b) analisar a política de aquisição de documentos do APHRC; c) observar a potencialidade de pesquisa do arquivo pessoal da Iracema Penha de Paula e a inclusão de grupos considerados subalternos à memória coletiva rio-clarense.

Trata-se de uma pesquisa descritiva-exploratória de natureza qualitativa, que utiliza a análise documental e a entrevista semiestruturada com a ex-Superintendente do APHRC (2009-2016), Maria Teresa de Arruda Campos, como principais técnicas de coleta de dados. O estudo restringe-se à análise das normas e diretrizes de aquisição do arquivo municipal,

visando compreender como a flexibilização dessas políticas possibilita a preservação da memória coletiva das pessoas negras.

2 LUGARES DE MEMÓRIA: INCLUSÃO E REPARAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL NA AQUISIÇÃO DE ARQUIVO PESSOAL DE IRACEMA PENHA DE PAULA

Os arquivos são considerados “lugares de memória” e essa concepção de espaço que preserva o que é patrimônio histórico e documental foi construída a partir de uma perspectiva eurocêntrica e colonial, desconsiderando a presença de diferentes culturas e a diversidade de grupos sociais no território brasileiro. As relações de poder desempenham papel fundamental na construção da memória e na produção do esquecimento. Nesse sentido, é necessário desnaturalizar esses dois processos e compreender seus efeitos, considerando que a construção das memórias envolve disputas, relações de força, seleções e mecanismos de exclusão que determinam o que será lembrado, preservado e transmitido às gerações futuras (Chagas, 2002).

Quando se afirmar que os arquivos são espaços que preservam o patrimônio documental de uma sociedade, é preciso pensar também na construção de identidade e na orquestração da memória coletiva, a partir da ideia constitutiva de nação e da apropriação da memória.

Em 1960, os movimentos sociais e políticos, considerados “os novos movimentos”, tiveram origem na “crise de identidade” e de representação social. Essa crise provocou o debate e os estudos relacionados à ideia de que o processo identitário não é fixo, mas sim dinâmico e interseccional (Woodward, 2014). Nos últimos anos, tem-se observado a reivindicação de grupos sociais historicamente marginalizados, impulsionada por movimentos sociais e políticos que questionam sua recorrente exclusão dos processos de construção, representação e legitimação do imaginário da memória pública coletiva.

Dessa forma, os grupos sociais que foram excluídos historicamente se colocaram no centro da discussão sobre sua identidade e memórias. Outros fatores também contribuíram e interferiram na construção da memória coletiva, como as mudanças estruturais de classe social, imigração, migração e globalização, destacando o contexto pós-colonial e trazendo à tona as demandas e reivindicações dos grupos sociais e sua diversidade (Woodward, 2014).

Sabe-se que os arquivos públicos (municipais e estaduais) integram o patrimônio documental da “memória oficial”, e a aquisição de arquivos privados e pessoais precisa estar

alinhada ao perfil institucional; porém, essa delimitação não é clara por parte das instituições arquivísticas, muito menos quanto ao processo de análise e aos critérios de seleção do acervo. Os grupos sociais excluídos não fazem parte desse acervo e, quando são mencionados, é a visão do Estado sobre eles – numa dimensão de vivências somente marginalizadas e não potentes. Desconsiderando também, os grupos sociais que utilizam narrativas orais no compartilhamento de suas memórias e histórias. Assim, a partir dessa particularidade da memória oral necessitamos de mecanismos para sua compreensão e conhecimento, trazendo para os arquivos a memória viva dessa parcela da população, por meio de escrevivências e história oral.

No contexto das demandas de grupos sociais historicamente subalternizados, o direito à memória coletiva tem se constituído como uma importante pauta de reivindicação em diferentes instituições culturais e de memória. Embora essas discussões tenham alcançado maior visibilidade no campo dos museus, nos arquivos esse movimento ainda ocorre de maneira incipiente, evidenciando a necessidade de ampliar as reflexões sobre representatividade, inclusão e diversidade na constituição dos acervos arquivísticos (Sousa *et al.*, 2023).

Colombo e Troitiño (2021) e Sousa *et al.* (2023) evidenciaram a inexistência de políticas de aquisição de arquivos pessoais e privados pelos arquivos brasileiros. Relatando a ausência de procedimentos e parâmetros técnicos e legais ao processo de aquisição de acervo, notando a ausência de política de aquisição, de forma transparente e de construção de uma comissão plural na análise das propostas de doação de documentos.

2.1 A POLÍTICA E DIRETRIZES DE AQUISIÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS

O Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (APHRC) foi criado em 1979, como uma instituição autárquica, da administração indireta da Prefeitura de Rio Claro no Estado de São Paulo. A estrutura organizacional do APHRC está alicerçada em três Coordenadorias subordinadas hierarquicamente à Superintendência, que são: Coordenadoria de Arquivo Intermediário, Coordenadoria de Arquivo Permanente e Coordenadoria de Difusão do Acervo.

Entre elas, destaca-se a Coordenadoria do Arquivo Permanente, responsável pela guarda, preservação e disponibilização da documentação de valor histórico do município. Compete a essa Coordenadoria desenvolver ações de recolhimento de documentos públicos

avaliados como de caráter permanente, receber doações privadas e pessoais consideradas de interesse público e realizar a classificação e descrição do acervo.

Em relação à aquisição de arquivo pessoal, o APHRC apresenta quais são as suas diretrizes para doação de arquivos pessoais, o seu perfil institucional baseado na história local e na memória dos cidadãos rio-clarenses, documentos de arquivo do gênero textual e iconográfico em seus diferentes suportes. Para análise dos pedidos de doação de acervo há uma Comissão de Avaliação (APHRC, 2026).

A comissão de avaliação é composta pelos servidores da autarquia, porém não mencionam quem são esses funcionários nomeados e quais os critérios de análise para seleção dos documentos para ingresso na instituição, além disso, o canal de comunicação para submissão da doação acontece por email. Não encontramos a informação de que oficializam a intencionalidade de doação com a abertura de um processo administrativo e a emissão de parecer técnico sobre a avaliação da comissão.

A partir de 2009, foi instituída a possibilidade de doação de representantes digitais (documentos digitalizados), permitindo ao Arquivo Público e Histórico de Rio Claro atrair grupos locais interessados em compartilhar sua documentação familiar sem abrir mão dos originais. Essa iniciativa, além de oferecer alternativa às pessoas que desejam manter a posse física de seus acervos pessoais, busca intensificar a interação da instituição arquivística com a comunidade rio-clarense, especialmente com grupos minoritários que almejam ocupar espaços públicos e garantir a preservação de sua memória, já que foram excluídos no processo histórico e social.

No que diz respeito às doações de documentos de origem familiar, o APHRC incorpora esse acervo à Coleção Rio Claro de Fotografias (1890-2015).

2.1.1 A Coleção Rio Claro de Fotografias e o Arquivo Pessoal de Iracema

Nessa seção contextualizamos a Coleção Rio Claro de Fotografias que reúne documentos seguindo a organização temática do município de Rio Claro e o subagrupamento de personalidades, onde se encontram classificadas as fotografias pertencentes à Iracema Penha de Paula.

Em seguida apresenta-se brevemente a vida e atuação de Iracema no movimento negro de Rio Claro e participação da associação, bem como seu protagonismo na realização do

carnaval da Escola Tamoio[1], considerada a primeira agremiação carnavalesca composta por pessoas negras.

2.1.2 Coleção Rio Claro de Fotografias

É uma coleção artificial composta por mais de 24 mil itens provenientes de doações particulares (documentos físicos e analógicos), intitulada "Coleção Rio Claro de Fotografias", cuja data-limite é de 1890 a 2015, reúne documentos iconográficos (fotografias) de grande relevância para a história da cidade. Por se tratar de uma coleção artificial, agrupamento de documentos pelo tema, Rio Claro, que remete à própria história e memória do município localizado no Estado de São Paulo, a 173 km da capital, São Paulo.

A coleção é organizada pelo tema mencionado anteriormente e possui uma variedade de registros sobre o município, o conjunto abrange desde edificações e elementos arquitetônicos até manifestações culturais e eventos, além de retratos de personalidades e moradores que marcaram diferentes épocas.

Há instrumento de pesquisa, listagem da coleção com os seguintes campos: nº reg; Resumo do assunto; B/P; col. Slide; Neg. Total; nº envelope especial/ Localização e Obs. O instrumento não apresenta o acervo e o preenchimento das informações no campo da listagem. Entende-se que os documentos estão organizados por assunto e por temas relacionados às indústrias, empresas, personalidades, famílias etc. A relação apresenta a quantidade de documentos por envelope, a técnica, a localização e as observações.

Efetuou-se a busca pelas fotos da Iracema, porém não as localizamos. Além disso, não sabemos a data de produção desse instrumento e se está atualizado. Destaca-se que na busca pela palavra-chave, Tamoio foi possível localizar uma foto e o número de referência 199, que remete ao envelope.

Em relação às fotografias de personalidades e famílias, os documentos são organizados e identificados, conforme sua proveniência genealógica. Esses documentos oferecem múltiplas possibilidades de análise, registrando aspectos variados da vida local, contudo, não disponibilizam um instrumento que permita o cruzamento temático entre os diferentes conjuntos nessa coleção.

[1] A agremiação carnavalesca foi fundada em 1954 pela Associação Beneficente Cultural Recreativa Tamoio. Inicialmente, como o Tamoyo Futebol Clube, o time de futebol encerra suas atividades e outros projetos de manifestação cultural da comunidade negra são desenvolvidos pela associação. Tamoyo significa Oxóssi, divindade da religião de matriz africana, especialmente do Candomblé e da Umbanda.

2.1.3 Iracema: uma mulher negra em movimento

Em 2015, a família de Iracema realizou a doação de 81 fotografias positivas que retratam a vida dela e sua relação com a Associação Beneficente Cultural Recreativa Tamoio, Escola de Samba do Tamoio e o Carnaval de Rio Claro. Os documentos mencionados foram digitalizados e os originais devolvidos para a família, sendo incorporados à Coleção Rio Claro.

Iracema Penha de Paula, natural de Santa Cruz das Palmeiras, no município do Estado de São Paulo, nasceu em 10 de novembro de 1925 e faleceu no dia 15 de novembro de 1975. Foi casada com Antonio de Paula, natural de Santa Cruz das Palmeiras, nascido em 23 de dezembro de 1917 e em 15 de outubro de 1975, faleceu. A união do casal gerou sete filhos, cinco mulheres e dois homens.

Antonio e Iracema se mudaram para Rio Claro porque o marido trabalhava na Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF) e foi transferido para essa cidade. Na década de 1970, o casal ingressou na Associação Beneficente Cultural Recreativa Tamoio.

Assim, como outras famílias de pessoas negras, a oralidade foi o meio de transmissão de conhecimento e ensinamentos destes sujeitos sociais, por isso está parte da pesquisa foi elaborada a partir da história oral2 de representantes atuantes no movimento negro rio-clarense nas décadas de 1950 e 1960, gravada e disponibilizada pela plataforma Youtube pelo APHRC e de forma gratuita.

Iracema foi cozinheira e muito conhecida pelo seu trabalho, destacando-se como a profissional mais requisitada pela classe média alta rio-clarense e pelos políticos para realizar confraternizações na cidade e região. Aproveitando o seu conhecimento e boas relações de trabalho com os comerciantes da época e políticos, ela pedia a doação de materiais de construção para edificação da associação no terreno, cedido em regime de comodato com a prefeitura de Rio Claro.

O seu marido, Antonio, chegou a ser presidente da associação e Iracema contribui de diversas formas com a entidade. Teve atuação de destaque na Escola de samba do Tamoio, inclusive chegou a ser rainha e diretora da ala-mirim. Importante destacar que foi uma das primeiras escolas da cidade de Rio Claro, formada por pessoas negras, já que eram impedidas de participar do carnaval de rua das pessoas brancas dessa localidade (Memória Viva, 2012).

[2] Esse recurso utilizado de história oral foi um projeto intitulado “Memória Viva” realizado pelo APHRC, com o relato em vida dos integrantes do movimento negro rio-clarense sobre as associações criadas por eles e suas estratégias de organização, bem como as lutas, as derrotas e as vitórias.

Figura 1 - A família de Iracema com filhos e netos, sem data identificada



Fonte: arquivo pessoal de João da Penha (2026).

Conclui-se que o acervo doado de Iracema e sua família tem um caráter intersecional, uma vez que as fotos representam diferentes aspectos da sua vida enquanto sujeito social e sua trajetória como ser coletivo. Portanto, as fotografias preservam as memórias relacionadas ao trabalho, à atuação comunitária, ao movimento negro e às relações sociais e históricas ao longo do século XX. Em paralelo, essa mulher negra tem participação ativa na Escola de Samba Tamoio na valorização das manifestações culturais afro-brasileiras, especialmente na exclusão da população negra no carnaval rio-clarense frequentado pelas pessoas brancas.

Dessa forma, o acervo ultrapassa a dimensão familiar e individual, sendo fonte para compreensão da história da população negra rio-clarense. A incorporação do seu acervo junto ao APHRC amplia e inclui outras narrativas e grupos sociais, contribuindo para a diversidade e pluralidade no município.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, voltada para compreensão das estratégias adotadas pelo APHRC para aquisição de arquivos pessoais e sua contribuição para a memória da população negra na instituição arquivística. Os

procedimentos metodológicos consistem na análise documental, complementada pelo estudo de caso no APHRC. Como técnica de coleta de dados foi realizada uma entrevista semiestruturada com a ex-diretora da instituição arquivística, Maria Teresa de Arruda Campos (2009-2016), em 09 de junho de 2026, com o objetivo de compreender as estratégias de aquisição de arquivos pessoais da comunidade negra e seus impactos na construção da memória coletiva rio-clarense.

Como estudo de caso foi analisado o arquivo pessoal de Iracema Penha de Paula, composto por fotografias relacionadas à sua vida profissional e vida familiar, bem como uma mulher negra em movimento, lutando pela Escola de Samba Tamoio e pelo fortalecimento da associação, enquanto espaço para manifestações culturais da comunidade negra e lugar político e de pertencimento.

Para compreensão do objetivo e da estratégia estabelecidos pela diretora do Arquivo, Maria Teresa de Arruda Campos, sobretudo em relação à aquisição de documentos de arquivos pessoais. Foram elaboradas as seguintes perguntas: 1. Como surgiu a iniciativa de fomentar a aquisição de documentos e arquivos pessoais das famílias rio-clarenses pela instituição? 2. O que motivou a mudança na política de aquisição de arquivos pessoais naquele período? 3. A partir dessa mudança, houve definição de um público-alvo ou de critérios específicos para a seleção e digitalização dos documentos? 4. Como esse processo era realizado? 5. Quais eram os principais objetivos da instituição ao ampliar ou modificar a política de aquisição de documentos pessoais? 6. Como foi o processo de aproximação e conscientização das famílias rio-clarenses sobre a importância da preservação e compartilhamento de seus arquivos pessoais? 7. Houve resistência ou dificuldades por parte das famílias durante esse processo? 8. Como a instituição lidou com essas questões? 9. Na sua avaliação, quais foram os principais impactos dessa alteração na política de aquisição de arquivos pessoais para a preservação da memória local e para a visibilidade de grupos sociais historicamente excluídos? e 10. Há algum aspecto dessa experiência que considera importante destacar e que não foi abordado nas perguntas anteriores?

No dia 09 de junho de 2026, ocorreu a entrevista com a diretora do arquivo, por meio de gravação, utilizando a ferramenta tecnológica, Windows Vídeos. Posteriormente a gravação foi transcrita pelo Tubescribe, com consentimento da ex-superintendente do APHRC.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seção tem como objetivo analisar a entrevista realizada com a gestora que alterou a política de aquisição de arquivo privado do APHRC e outras ações voltadas à inclusão da comunidade negra na história do município, de modo a compreender o caminho trilhado por ela e os desafios enfrentados ao longo desse projeto de pertencimento, reparação histórica e social de um grupo social deixado à margem da sociedade. Em um segundo momento, a história de vida de Iracema Penha de Paula e o ingresso do seu acervo fotográfico no APHRC, especificamente na Coleção Rio Claro de Fotografias, buscando observar esse sujeito social e a interseccionalidade aplicada à prática arquivística que atravessam sua trajetória como mulher negra, trabalhadora, mãe, esposa e integrante da associação e escola de samba Tamoio.

A respeito da política de aquisição de arquivos privados e pessoais, observou-se que não houve alteração nos dispositivos da lei de criação do arquivo em 1979 e da lei de reestruturação do arquivo em 2018. É constatada essa modificação da doação de documentos digitalizados, configurando uma nova regra de ingresso de documentos no acervo fotográfico apenas no site da instituição arquivística, por este motivo, julgou-se necessária a entrevista com a gestora idealizadora da modificação e flexibilização dessas regras , enquanto superintendente da Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro de 2009 a 2016, a Maria Teresa de Arruda Campos.

A entrevista realizada evidencia que a alteração da política de aquisição de arquivos pessoais durante a sua gestão como superintendente do APHRC surge da percepção de que o acervo da instituição privilegiava determinadas narrativas. Segundo a entrevistada, predominava a história dos barões, políticos e empresários.

A percepção da entrevistada de que o acervo privilegiava narrativas hegemônicas pode ser observada mediante as reflexões de hooks (2022), ao afirmar que a história se nega a dar voz aos cidadãos carentes e pobres. Ao buscar os “mais velhos” e lideranças da população negra para reparação histórica e social.

Diante desse cenário, a gestora passou a desenvolver projetos e ações para ampliação da diversidade e seus documentos, com foco especial na comunidade negra e na preservação de memórias relacionadas à ditadura militar. Essa iniciativa tinha como objetivo incorporar novas vozes à narrativa histórica do município de Rio Claro.

Essa perspectiva dialoga com os debates contemporâneos da Arquivologia que almeja estudos para a elaboração de normativas, diretrizes e procedimentos transparentes no

processo de aquisição de arquivos privados e pessoais, formulando assim, uma política que inclua grupos sociais considerados esquecidos no processo de constituição dos acervos das instituições arquivísticas.

Em relação às estratégias de aquisição de arquivo pessoal da comunidade negra, a instituição arquivística demonstrou flexibilidade, buscando facilitar a participação dessa população. Em vez de exigir a doação definitiva dos documentos, priorizou a digitalização. A entrevistada relata que foram realizadas chamadas públicas para obtenção das fotografias, além de contato direto com as famílias. Em muitos casos, a equipe do APHRC deslocava-se até as residências para entrevistas, separação dos documentos para digitalização no arquivo, considerando as condições e as possibilidades de cada indivíduo.

A construção da memória da população negra rio-clarense, a entrevistada priorizou os "mais velhos", lideranças de movimentos sociais, representantes da cultura afro-brasileira. A entrevistada destaca a busca por pessoas que possuíam o conhecimento sobre as trajetórias, valorizando a memória ausente nos documentos oficiais.

Para hooks (2022)

> A história se nega a dar voz a tantos cidadãos pobres e carentes [...] O fato de eu ser negra como eles não significa que eu dê voz à maneira exata como eles mesmos contariam suas próprias histórias. No entanto, é muito importante que suas visões – sua vontade de viver com base em noções transcendentais de liberdade e possibilidade – sejam registradas. Eu não seria o que sou hoje sem o testemunho deles (hooks, 2022, p. 216).

A postura política como líder dessa instituição arquivística foi a de convidar a própria comunidade negra, a fim de falar sobre sua presença no território ao longo dos anos, as experiências adquiridas no trajeto em busca de poder realizar suas manifestações culturais afrodescendentes, lazer e sua religião de matriz africana. Como se organizaram em grupos e cobraram do poder público seu espaço na sociedade rio-clarense, enquanto cidadãos. As estratégias de aproximação com o movimento negro trazem pautas antigas à tona e ao mesmo tempo fazem as coisas acontecerem com recursos próprios, bem como com a contribuição de outras figuras importantes na história.

Embora a entrevistada avalie positivamente a receptividade da comunidade às ações desenvolvidas, destaca que o projeto não teve continuidade suficiente para consolidar uma política institucional permanente. Segundo seu relato, as iniciativas despertaram interesse e

participação, porém não houve tempo hábil para que os resultados alcançassem maior estabilidade e abrangência.

Além disso, o processo exigiu a construção de relações de confiança entre a instituição e os grupos sociais envolvidos. Para superar desconfianças iniciais, foram desenvolvidas ações de aproximação direta, diálogo e participação de pessoas comprometidas com a valorização da cultura e da memória local.

Nesse cenário de transição institucional, a aquisição do arquivo pessoal de Iracema Penha de Paula e a mudança efetiva na doação de acervo pessoal demonstram o ineditismo na proposta e a inclusão de outras narrativas e histórias presentes nesse território. Conforme observado nos resultados, a trajetória de Iracema como cozinheira requisitada pela elite rio clarense e sua atuação na Escola de Samba Tamoio não são apenas fatos biográficos, mas evidências de uma memória ausente, que agora passa a integrar o patrimônio oficial.

Sua rede de sociabilidade e o clientelismo[3] no processo histórico de trocas e interesses políticos para angariarem fundos, tendo como objetivo central a construção da associação. Essa ação exemplifica como os arquivos pessoais de pessoas negras registram as formas de resistência que raramente aparecem na "memória oficial". Sob a ótica da interseccionalidade, o arquivo pessoal doado pela família em 2015 transcende a dimensão privada, materializando o testemunho de uma mulher negra em espaços de liderança e políticos nesse contexto de segregação.

A sua atuação também esteve vinculada à Escola de Samba do Tamoio, uma das primeiras agremiações formadas pela população negra rio-clarense em um contexto de exclusão dos espaços carnavalescos frequentados pela população branca. Iracema ocupou posições de destaque na escola, atuando como rainha e diretora da ala mirim.

O conjunto documental preservado por sua família apresenta caráter interseccional, pois reúne registros do trabalho, da cultura, do carnaval, da participação no movimento negro local e das experiências raciais da população negra. Dessa forma, o acervo ultrapassa o âmbito familiar e adquire relevância para a compreensão da história social e cultural do município.

A incorporação desse conjunto documental ao Arquivo Público e Histórico de Rio Claro representa um exemplo concreto da política de aquisição voltada à ampliação da representatividade social dos acervos.

[3] Clientelismo é uma prática política baseada na troca de favores. Políticos oferecem benefícios materiais, vantagens pessoais a cidadãos em troca de apoio político.

Em relação aos acessos e pesquisas que utilizaram as fotos digitais doadas ao APHRC, busca-se a informação nos relatórios anuais publicizados nas páginas do APHRC e há um item de ação de Atendimento ao cidadão/pesquisador para acessar o acervo com a quantidade total de documentos, sem relacionar a qual fundo ou coleção pertence.

No site do APHRC é divulgado o relatório anual com dados numéricos, atendimento ao pesquisador e os conjuntos documentais consultados. Por este motivo, foi possível observar que a listagem e a organização do conjunto documental impossibilitam a identificação dos usos dessas fotografias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alteração da política de aquisição de acervos privados, especialmente no que se refere aos arquivos pessoais, pode constituir um modelo a ser adotado por outras instituições arquivísticas como forma de promover a reparação histórica e social, reconhecendo a existência de outras memórias, experiências e narrativas de grupos da população que foram historicamente invisibilizados ou negligenciados por essas instituições. Nesse sentido, torna-se necessário refletir sobre outros mecanismos e ferramentas capazes de promover a inclusão e a representação de diferentes memórias e grupos sociais nos arquivos, como a história oral, por meio da gravação, organização, preservação e disponibilização de depoimentos em plataformas digitais.

Os resultados demonstram, ainda, que a definição de critérios voltados à inclusão da diversidade social na constituição dos acervos arquivísticos, por meio de uma comissão responsável pela avaliação da aquisição de arquivos privados, pode representar um importante avanço para a área. Porém, para que esse processo seja efetivamente democrático e socialmente legitimado, é fundamental que os critérios, procedimentos e decisões relacionados à aquisição sejam estabelecidos de maneira transparente, possibilitando que a sociedade conheça os princípios que orientam a seleção, a incorporação e a preservação dos documentos que irão compor o patrimônio documental da instituição.

A discussão sobre a inclusão de grupos sociais historicamente silenciados nos processos de construção e representação da memória documental em instituições públicas de memória (arquivos, bibliotecas, museus, centros de memória etc.) ainda é uma temática incipiente tanto no campo científico quanto nas práticas arquivísticas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO. **Políticas e doações**. Rio Claro: APH, 2026. Disponível em: https://aphrioclaro.sp.gov.br/politicas-e-doacoes/. Acesso em: 8 maio 2026.

BASTIAN, Jeannette A. Pesquisa de memória/pesquisa arquivística. *In*: GILLILAND, Anne J. *et al*. **Pesquisa no multiverso arquivístico**. Salvador: 9Bravos, 2019.

CHAGAS, Mario. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 19, n. 19, 2002. Disponível em: https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367. Acesso em: 2 abr. 2026.

COLOMBO, Ana Beatriz; TROITINO, Sonia. Arquivos privados em espaço público: estudo de caso em arquivos públicos brasileiros. **Ágora**, Florianópolis, v. 31, n. 3, p. 116, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/161434. Acesso em: 8 abr. 2026.

HOOKS, bell. **Pertencimento**: uma cultura do lugar. Tradução de Renata Balbino. São Paulo: Elefante, 2022. 284 p.

PORTAL MEMÓRIA VIVA. **O Tamoyo**. [S. l.]: Portal Memória Viva, 2010. 1 vídeo (9 min 17 s), color. Disponível em: http://www.memoriaviva.sp.gov.br/2011/07/13/o-tamoio/. Acesso em: 4 maio 2026.

PORTAL MEMÓRIA VIVA. **No Tamoyo**: 8ª Conversa Griô. [S. l.]: Portal Memória Viva, 6 nov. 2012. 1 vídeo (1 h 48 min). Disponível em: http://www.memoriaviva.sp.gov.br/2014/01/06/8a-conversa-grio/. Acesso em: 4 maio 2026.

SOUSA, Antonio Gouveia de *et al*. A presença de pessoas negras nos arquivos estaduais do sudeste brasileiro: análise sobre a aquisição de arquivos pessoais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: ANCIB, 2023. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/2052. Acesso em: 4 jun. 2026.

TROITINO, Sonia; COLOMBO, Ana Beatriz. Incorporação de acervos privados: estudo sobre políticas de aquisição de arquivos estatais do Brasil e da Espanha. **Ibersid**: Revista de Sistemas de Información y Documentación, [S. l.], v. 16, n. 129, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/210827. Acesso em: 3 jun. 2026.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.